

I CONGRESSO NACIONAL do SISTEMA CONFEEF/CREFs um Novo Marco



No ano em que se comemora o 10º aniversário do CONFEEF, foi realizado o I Congresso Nacional do Sistema CONFEEF/CREFs, objetivando a interação entre os Conselheiros dos diversos estados e a reflexão e debate sobre temas que os mesmos solicitaram que fossem aprofundados. Após a pesquisa procedida junto aos Conselheiros Regionais foi sistematizada a programação do evento e o CONFEEF providenciou os conferencistas dentre os Conselheiros Federais, especialistas e autoridades, destacando as presenças da Presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE, Dra. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro; da diretora de Gestão de Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, Dra. Ana Estela Haddad; da Diretora de Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP, Dra. Iguatemy Martins; do Deputado Federal Gilmar Machado e do Secretário Executivo do Ministério do Trabalho, André Figueiredo.



10 anos depois, o trabalho apenas começou

“Você sabe o que é Educação Física? Ora, claro. É um curso no qual se aprende a praticar uma série de esportes, formando atletas e professores que dão aulas de recreação e esportes em colégios... Certo? Nada mais longe da realidade. Apesar de estereótipos semelhantes serem dados como verdade no Brasil, a Educação Física nunca foi sinônimo de lazer e brincadeira. E hoje está se consolidando como uma das mais importantes ferramentas de promoção da saúde. Afinal, o mundo mudou. O estilo de vida moderno vem gerando nos últimos anos problemas de proporções epidêmicas, como a obesidade, o sedentarismo e o estresse. Receita por diversos profissionais, de médicos a psicólogos, a atividade física orientada é cientificamente comprovada como um santo remédio contra esses males.”



“A regulamentação foi conquistada por ser uma necessidade social”, [...] “A principal razão de nossa existência é a proteção da sociedade”.

Destaque Revista Época



É assim que o jornalista Carlos Dias abre o suplemento **MOVIMENTO**, encartado na edição 549, de 24 de novembro de 2008, da revista **ÉPOCA**. Este trecho resume perfeitamente a compreensão da mídia da necessidade de trabalhar na sensibilização da população na quebra de conceitos superados e com o objetivo de conscientizar a respeito do papel da Profissão e de seus profissionais, alçando a Educação Física ao patamar que merece.

Transmissão ao vivo

O evento teve transmissão on-line (via internet) e a participação com sugestões, perguntas e ponderações vieram de todo o país. Em diversas faculdades, os docentes reuniram suas turmas para acompanhar o Congresso e contribuíram sobremaneira para o enriquecimento das discussões. Foram mais de 12.500 pontos que estavam acessados, espalhados por todo o país.

Mais um ato de comprometimento do CONFEEF com a categoria, que massificou os debates, proporcionando a todos os interessados a interação e a construção de pilares para uma Educação física mais forte e participante.

Uma necessidade social

Na abertura do *1 Congresso Nacional do Sistema CONFEEF/CREFs*, realizado nos dias 7 e 8 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro. “A principal razão de nossa existência é a proteção da sociedade. Portanto, esse papel, além de ser exercido, deve ser reconhecido por



ela.” Nestes dois dias, Conselheiros dos 14 CREFs compareceram ao evento para uma alternância de palestras e debates sobre essa questão e seus desdobramentos, como as modificações no mercado de trabalho.

Em sua palestra, o Presidente Jorge apresentou uma “linha do tempo”, resumindo os fatos mais marcantes dos primeiros 10 anos de existência do CONFEEF e salientando aspectos como conquistas sociais e políticas, formação de parcerias e reconhecimento da categoria por parte da sociedade. Dois marcos fundamentais nesta trajetória foram apresentados: a criação da entidade e o próprio evento, que é visto como a possibilidade de reflexão, redirecionamento e reciclagem das partes que compõem o Sistema CONFEEF/CREFs.

O movimento *REGULAMENTAÇÃO JÁ!*, ação em prol da regulamentação da Educação Física, foi lembrado com carinho e emocionou grande parte da platéia, visto que muitos dos que ali se encontravam, participaram ativamente desta iniciativa. Os obstáculos superados com dedicação e devoção dos Conselheiros para a implantação do próprio CONFEEF e dos primeiros CREFs também foram lembrados. “Foi um período em que cada Conselheiro financiava suas despesas, alguns com bastante sacrifício, viajando de ônibus, metrô, trem, fazendo esforço para que o sonho se transformasse em realidade”, lembrou Steinhilber.

Um aspecto importante e que serviu como inspiração para a palestra foi o impressionante crescimento que o Sistema CONFEEF/CREFs apresentou neste período. Nenhum outro Conselho Profissional alcançou números tão impressionantes. Segundo Steinhilber, isto se deve principalmente a conscientização da categoria, ao árduo trabalho dos Conselheiros e ao projeto de comunicação/sensibilização deflagrado pelo CONFEEF desde 2004. “O CONFEEF atua e dinamiza suas ações em diversas frentes que melhoram e contribuem para a ampliação da intervenção profissional, para a compreensão do significado do Profissional de Educação Física e no sentido de sensibilizar a sociedade para que seja o fiscal de seu direito ao serviço, na área das atividades físicas e esportivas, ministrado por Profissional de Educação Física”, lembrou o Presidente. Campanhas foram lembradas, a participação de personalidades enaltecida e o sucesso alcançado, devidamente reconhecido.

A convocação do CONFEEF para participação ativa, competente e consistente em todos os momentos de reflexão e análises de políti-

cas e projetos públicos para a área da saúde também foi destacada na palestra de abertura: “São conquistas importantes que contribuem para proteção da sociedade. Isso é responsabilidade ética.” Neste aspecto, chamou atenção para a imperativa participação nas Conferências Nacionais do Esporte, que em suas edições passadas garantiram o espaço do Profissional de Educação Física e ratificaram o direito da sociedade de ser atendida por este profissional. Ressaltou a importância da mobilização da categoria e conclamou os Conselheiros e autoridades a atuarem de forma conjunta. “Precisamos estar presentes, pois sempre há o risco de ser inserida no Sistema alguma forma de atuação de leigos e ou de agentes comunitários. Precisamos estar vigilantes e presentes. Ainda há algumas barreiras a quebrar e paradigmas a derrubar”, alertou Steinhilber.

O Presidente encerrou sua apresentação dividindo os méritos pela construção do Sistema CONFEEF/CREFs com todos os presentes: “Vocês são a causa de tudo isso. Somos artífices da construção de uma nova realidade. Transformar sonhos em conquistas – este o nosso legado. O legado de cada ano de trabalho é fantástico e visível. Parabéns a todos”, finalizou.

Após a palestra de abertura, o protocolo foi quebrado e, segundo as palavras do Presidente do CREF6/MG, Claudio Boschi, foram homenageados “os dois timoneiros” do Sistema CONFEEF/CREFs que comandaram a categoria e colocaram a Educação Física num patamar inédito mundialmente: o Presidente do CONFEEF Jorge Steinhilber e o Vice-Presidente João Batista Andreotti Tojal.

O Prof. Tojal dividiu a homenagem “com todos aqueles que dispuseram de seu tempo familiar e profissional em prol da sociedade brasileira”, enquanto o Prof. Steinhilber enfatizou a alegria por ver a categoria movimentando-se em defesa da sociedade e pela construção de um país melhor.

Reconhecimento e regulamentação

O alto grau de complexidade alcançado pela profissão exige uma contrapartida ética, a fim de proteger a sociedade, incapaz de avaliar a qualidade do serviço recebido. Neste sentido, os Conselhos Profissionais precisam ter autoridade não só para conceder, mas para suspender ou cancelar uma licença. “Por isso, é necessário que eles tenham poder de polícia no âmbito de sua atuação”, destacou o juiz federal Jorge Antônio Maurique, na palestra *Conselhos Profissionais: Responsabilidades sociais*.

“Essa é uma questão de ética profissional”, defendeu “Até mesmo a falta de busca de aperfeiçoamento é falta de ética profissional, porque desmerece a profissão”, explicou Maurique. “Vale para o Profissional de Educação Física o mesmo critério que se aplica quando um médico ou um advogado erram.” Por esse motivo, sustentou o conferencista, é fundamental o papel dos conselhos, como o CONFEEF, no caso da Educação Física.



Dando continuidade ao assunto, o deputado federal Gilmar Machado, ressaltou: “É comum a confusão entre regulamentação profissional e reconhecimento da profissão, associada à garantia de direitos. Na verdade, regulamentar significa impor limites, restringindo o livre exercício de uma atividade profissional já reconhecida e assegurada constitucionalmente.” A afirmação segue o mesmo raciocínio da “necessidade social” que levou à regulamentação da Educação Física.

O deputado destacou a necessidade e a fundamental importância da parceria entre o Conselho e governo na defesa de a sociedade ser atendida por profissional competente e ético.



O deputado valorizou o Profissional de Educação Física no âmbito escolar, lembrando que as crianças entram cada vez mais cedo na escola e que a Educação Física é a disciplina capaz de formar estas crianças ludicamente, abrindo os horizontes para as outras matérias.

As possibilidades de inserção profissional

A participação dos Profissionais de Educação Física nas equipes dos NASFs (Núcleos de Apoio à Saúde da Família) foi colocada como prova da total integração da categoria com outros setores da saúde, nas políticas públicas nacionais. Foi o que expôs a Diretora de Gestão da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, Ana Estela Haddad, na palestra *O Profissional de Educação Física na área da saúde e no SUS: possibilidade de inserção*.

A importância da “formação permanente dos trabalhadores do SUS” como fator de desenvolvimento e aprimoramento das ações públicas voltadas para a saúde e o que o Ministério da Saúde está fazendo neste sentido, foram pontos importantes da palestra.

De acordo com a Dr. Ana, saúde e educação são bens públicos e constituem-se nos dois elementos fundamentais para a não reprodução da pirâmide da desigualdade social. Segundo ela, essa preocupação deve começar desde cedo. “O bom desenvolvimento físico e psicossocial da criança e do adolescente influencia diretamente a sua capacidade de aprendizado e seu desempenho estudantil. O espaço escolar é um dos ambientes mais propícios para incentivar práticas promotoras da saúde, preventivas e de educação para a saúde.” Segundo a palestrante, “a mudança só pode ser promovida através da educação e da saúde.”



O programa Saúde na Escola, projeto em conjunto dos Ministérios da Saúde e da Educação, que inclui o ambiente da educação básica na estratégia da saúde da família e transforma as escolas em locais privilegiados de ações da ação primária em saúde, foi apresentado como mais um espaço para a fundamental intervenção do Profissional de Educação Física.





Ainda sobre os programas de saúde na família, a qualidade de vida e o aumento da longevidade da população brasileira foi um dos aspectos enfocados pelo Dr. José Luiz Riani da Costa, docente do curso de Educação Física da UNESP, campus de Rio Claro, e que trabalhou na Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, entre 2005 e 2008. “Saúde não é benesse, mas sim direito de todos, garantido pela Constituição”, enfatizou Riani.

Ele apresentou um quadro da política pública federal para a saúde, contextualizando os programas governamentais, definindo intervenções, processos e responsabilidades das equipes multidisciplinares. Uma das características de todos os programas é a necessidade da mudança de atitudes e hábitos, estimulando alimentação saudável e a prática de atividades físicas. O Dr. Riani apresentou a Ginástica Laboral como uma oportunidade para refletirmos sobre a melhoria da organização do trabalho. “Que a Ginástica Laboral sirva como forma de discutir a organização do trabalho e fazer com que ele seja realmente enriquecedor para o homem”, enfatizou. Ele finalizou ressaltando a importância da mobilização e do trabalho dos CREFs junto às administrações municipais recentemente eleitas e suas secretarias de saúde e de educação, no sentido de demonstrar o papel fundamental do Profissional de Educação Física nestes setores. Riani lembrou ainda “a importante contribuição do CONFEF no sentido de lutar por uma melhor qualificação dos cursos de formação superior na área de saúde”.

A formação profissional

Em relação a esta questão, os palestrantes, que dissertaram a respeito de *Professor e Profissional: Licenciatura e Bacharelado*, ratificaram a constatação de que saúde e educação devem andar juntas na caminhada em direção ao desenvolvimento do indivíduo, principalmente das crianças, e que esta questão está por trás de uma das mudanças mais radicais na formação acadêmica em Educação Física.



Lembramos que, ao longo desta década, dois pareceres do CNE (Conselho Nacional de Educação), órgão do Ministério da Educação, mudaram o perfil de várias carreiras, entre elas a Educação Física. Hoje, são dois cursos diferentes. Com diretrizes estabelecidas em 2002, a licenciatura forma Professores de Educação Física para o ensino básico. Dois anos depois, o CNE definiu a matriz curricular de outro curso, o de graduação (bacharelado) em Educação Física, que prepara profissionais para atuar em saúde e no esporte, em hospitais ou academias ou entidades afins.

A Presidente do CNE, Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, abriu sua apresentação evidenciando “que faltam profissionais para a área de educação no país” e, quando ela fala em falta de profissionais, ela está falando de profissionais aptos, capacitados, preparados para a nova realidade social.



Com relação à Educação Física escolar, Clélia indicou que “a formação específica deve abranger conhecimentos identificadores da Educação Física, contemplando as dimensões culturais do movimento humano técnico-instrumental e a didático-pedagógica”, e evidenciou que uma das formas de se alcançar a melhor qualificação das equipes que trabalham (tanto na área da saúde, quanto na área da educação) é a troca de informação entre as diversas disciplinas/especialidades e, para tal, cada profissional deve conhecer profundamente a sua área, o que passa necessariamente por uma formação acadêmica crítica, investigativa e reconstrutiva e com uma abordagem interdisciplinar do conhecimento. “É preciso pensar numa interação muito mais profundo entre as áreas de conhecimento”, ponderou.



A Presidente do CNE finalizou sua apresentação citando que a atuação de qualquer profissional deve ser uma “atuação cidadã”, colocando seus conhecimentos a serviço de um projeto que tenha como norte as diversas manifestações e expressões culturais do movimento humano.

Aprofundando-se na temática Licenciatura/Graduação (bacharelado), o Prof. Dr. João Batista Tojal, Vice-Presidente do CONFEEF, fez uma reflexão histórica da discussão que gerou as diferentes áreas de atuação do Profissional de Educação Física e clarificou as diferenças dos currículos, das especificidades e da inserção mercadológica de cada uma delas. O palestrante fez ainda um quadro bastante claro das questões legais que envolvem o assunto.

O Prof. Dr. Tojal finalizou, propondo a reflexão sobre o que significa a Educação Física Escolar. O objetivo foi estimular a discussão da questão que servirá de mote do CONFEEF para o ano de 2009.

A diretora de Avaliação da Educação Superior do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão do Ministério da Educação, Iguatemy Martins, deu continuidade à questão, sintetizando que cada curso (licenciatura/graduação) terá agora projeto específico e lembrando que esta situação não é uma exclusividade da Educação Física e que esta “solução” seria uma forma de clarificar e desenvolver a preparação dos professores de todas as áreas, considerada uma das mazelas da educação no país.



Desta forma, o CNE deixa claro que “a partir de agora, quem quiser ser professor (área escolar) terá que ter uma formação específica, centrada na formação pedagógica, estágios e práticas profissionais voltadas para o ambiente escolar”, explicou Iguatemy. “É preciso deixar claro que esta era uma demanda de toda a sociedade em relação a todas as áreas de ensino no país”, ratificou.

Devido a esta nova realidade da formação acadêmica, quem se forma em um não pode trabalhar na área do outro – simplesmente porque os focos são muito diferentes. As necessidades físicas e psicológicas de uma criança são muito diferentes das de um adulto. “Trata-se de uma só profissão com duas formações”, resumiu. “Educadores somos todos nós, mas isso é diferente de ser um docente, que requer uma formação específica”, acrescentou.

Atitude: algo que pode mudar o mundo

O Conselheiro Gilberto José Bertevello deu início à jornada do segundo dia de evento, com uma palestra motivacional, estimulando a platéia a mudar de atitude e a conjugar o verbo adotado pelo CONFEF como um de seus mais importantes: ACREDITAR. E ter ATITUDE para mudar, para crescer. E lembrou a todos que foi acreditando e agindo que o CONFEF chegou a estes 10 anos.



Capacitação para os novos campos de intervenção

A temática *Campo de trabalho e interfaces* foi a tônica da manhã, no segundo dia do evento. Ficou claro que à medida que os conhecimentos se ampliam, o campo de atuação cresce simultaneamente, aumentando ainda mais as especificidades da profissão. “Há necessidade de formar profissionais preparados para trabalhar em hospitais”, defendeu em sua conferência Estélio Dantas, pesquisador do Laboratório de Biotecnologia da Motricidade Humana, da Universidade Castelo Branco (UCB-RJ).

Segundo Estélio, o impasse neste setor é saber o quanto que o Profissional de Educação Física precisa saber sobre doenças, epidemiologia, infelizmente, deontologia... Qual a formação mínima para que ele possa ter uma interlocução com as outras disciplinas/profissões das equipes que formam, hoje, o staff das unidades de saúde.



“a partir de agora, quem quiser ser professor (área escolar) terá que ter uma formação específica, centrada na formação pedagógica, estágios e práticas profissionais voltadas para o ambiente escolar”

Conselheira Iguatemy Martins



O Conselheiro Lucio Rogério Gomes dos Santos pautou sua apresentação na premissa de que as diretrizes curriculares servem como parâmetro para a atuação profissional e que, baseados nelas, os Profissionais de Educação Física estão aptos atuar na prevenção, promoção, manutenção e restauração de saúde. “A certeza de respostas fisiológicas que auxiliam, tratam ou até mesmo induzem à cura de doenças (...) qualificam o exercício físico como a mais indispensável das ações na busca da qualidade de vida”, ressaltou o Conselheiro Lucio.



A conferencista Maria Urbana Rondon, do Instituto do Coração (InCor), de São Paulo, apresentou índices alarmantes de sedentarismo e obesidade, indicando que a atividade física freqüente e orientada são fundamentais para a redução dos problemas causados por estes fatores. Ela apontou que a atuação do Profissional de Educação Física nas unidades de saúde tem um papel muito importante neste contexto. “O que o Profissional de Educação Física faz no hospital muda drasticamente a qualidade de vida dos pacientes.” Ela relatou as experiências bem sucedidas realizadas no InCor, com comparativos entre grupos que realizaram atividade física e dieta, grupos que realizaram apenas atividade física e grupos sedentários. Os índices de melhora do primeiro grupo apresentaram-se muito superiores aos



demais. Mesmo os participantes do grupo que foi orientado apenas em atividades físicas tiveram recuperação muito melhor em relação aos sedentários.

Os dados compilados na experiência promovida no InCor mostraram efeitos positivos do exercício nos fatores de risco. “Em 14 anos de acompanhamento de mais 6.000 pacientes, ficou comprovado que pessoas que têm maior condição física, têm taxa de mortalidade muito menor do que as de menor condição física”, resumiu Urbana.

Ela apresentou uma série de dados de pesquisas comprovando a diferença nos resultados em hospitais, quando há a participação de Profissionais de Educação Física. “O impacto clínico do exercício orientado no paciente é extremamente benéfico. Este é um trabalho de relevante interesse social”, exaltou a palestrante.

Demandas do mercado

O trabalho do Profissional de Educação Física, as exigências contemporâneas e a questão ética foram temas da apresentação de André Figueiredo, ex-deputado federal e atual secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, que falou sobre a relação entre o Ministério do Trabalho e Emprego (Governo) e as profissões regulamentadas, sobre as políticas e diretrizes da pasta de um modo geral e, em particular, em relação às intervenções da Educação Física.



O secretário falou da importância de, no momento em que cresce a demanda dos serviços pertinentes aos Profissionais de Educação Física – com o aumento das academias, escolinhas, instituições de saúde –, é preciso que estes profissionais estejam qualificados para suprir tais exigências, garantindo a saúde da sociedade. Neste ponto, ele deixa claro o papel fundamental do Conselho na fiscalização destes profissionais.



Ele apresentou dados sobre o mercado para os profissionais da área e, para surpresa de todos, salientou que “em alguns Estados, as mulheres ganham mais do que os homens”. Ele apontou tal aspecto como um fator de vanguarda, de quebra de paradigmas, características muito valorizadas durante esta última década por parte da categoria e do Sistema CONFEF/CREFs.

O secretário finalizou a palestra valorizando a necessária parceria entre o Governo e o Sistema CONFEF/CREFs no sentido de valorizar, capacitar e qualificar os profissionais da área assegurando a segurança e a qualidade de vida do povo brasileiro.

Ainda no contexto da palestra *O trabalho e a Profissão; O que é Profissão; as exigências para o mercado de trabalho; questão ética do exercício profissional*, o conferencista José Maria Camargo de Barros, professor da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), em Rio Claro, resumiu: “A regulamentação define as responsabilidades de seus profissionais, garante exclusividade na prestação de serviços, mas em decorrência dela, os profissionais respondem ética, civil e criminalmente pelos seus atos, seja por imprudência, imperícia ou negligência.”

Ou seja, é preciso que os Profissionais e os formandos em Educação Física estejam conscientes do seu papel, dos seus direitos e, principalmente, dos seus deveres. É preciso que a formação dos futuros profissionais revele esta responsabilidade social desde cedo nos acadêmicos.

O Dr. Luiz Camargo, Sub-Procurador Geral do Trabalho, apresentou um filme sobre a erradicação do trabalho escravo na região rural do Brasil, produzido pelo Ministério do Trabalho e do Emprego. Depois da exibição, o Sub-Procurador dissertou sobre as atribuições do Conselho, sobre seu poder, no momento em que ele exerce uma função típica do Estado, e sobre os ônus e ônus inerentes à função. “A natureza de um Conselho Profissional não pode ser corporativa”, explicou.



Já sobre a postura dos Profissionais de Educação Física, o Dr. Luiz analisou que “não adianta termos apenas os conhecimentos técnicos e científicos e a consciência dos nossos direitos e deveres, se nosso trabalho não trazer benefícios para a sociedade.”

Experiências passadas para construir o futuro

A experiência do Conselho de Contabilidade, que teve a profissão regulamentada em 1946, foi trazida por Pedro Gabriel Kenne da Silva, representante da Regional deste conselho no Rio Grande do Sul. “A defesa da prerrogativa profissional é muito importante”, afirmou o palestrante, que elogiou as pesquisas e o empenho em gerar conhecimento na Educação Física.



“Sem estudos, a profissão não deslança”, comentou. Com relação à fiscalização, Gabriel recomendou que sempre se opte pela fiscalização preventiva. “A atitude corretiva tem baixa eficiência e depois de criado o problema, é muito mais complicado lidar com ele”, afirmou.

Ainda no tema *Orientação/Fiscalização: significado, representação, evolução e atuação*, o 2º Vice-Presidente do CREF4/SP e Presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do referido Regional, Marcio Tadashi Ishizaki, relatou que a responsabilidade desse trabalho é enorme. “A conduta de um agente de fiscalização tem que ser inatacável”, disse, lembrando que o trabalho de fiscalização começa muito antes, no treinamento e preparação, envolvendo conhecimentos técnicos, legais e padronização de conduta, entre outros aspectos. “O agente tem contato direto com a sociedade e com os profissionais, sendo em grande parte responsável pela imagem do CONFEF perante eles e perante a sociedade”, acrescentou.

“A conduta de um agente de fiscalização tem que ser inatacável” (...) “O agente tem contato direto com a sociedade e com os profissionais, sendo em grande parte responsável pela imagem do CONFEF perante eles e perante a sociedade”

Conselheiro Marcio Tadashi Ishizaki



Demonstrando que a experiência desta última década promoveu valores positivos e comprovados (conforme a palestra de Pedro Gabriel do Conselho de Contabilidade), Tadashi chamou a atenção para a necessidade de o fiscal atuar prioritariamente de forma a orientar profissionais e pessoas jurídicas, sendo esta a forma mais efetiva de se alcançar os objetivos do Conselho. Outro fundamento destacado foi a importância e a necessidade das parcerias com Ministério Público, Vigilância Sanitária, Defesa do Consumidor, Prefeituras e Secretarias e até mesmo, quando necessário, com a Polícia. Ele também defendeu a necessidade de um trabalho padronizado em todos os CREFs, apresentando procedimentos que tiveram respostas positiva no Regional de São Paulo.





A filmagem de todas as palestras do Congresso pode ser encontrada no portal CONFEF.

www.confef.org.br

AGRADECIMENTO

Registramos o agradecimento a todos os Conselheiros Federais que trabalharam de forma brilhante como Coordenadores das palestras do I Congresso Nacional do Sistema CONFEF/CREFs.

Prof. Carlos Alberto Oliveira Garcia
Prof. Iguatemy Maria de Lucena Martins
Prof. Jeane Arlete Marques Cazelato
Prof. Antonio Ricardo Catunda
Prof. Marcelo Ferreira Miranda
Prof. Claudio Augusto Boschi

